

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02**  
**DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

ATA Nº 052

PRESIDENTE - DEPUTADO MAURO SAVI

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Senhores e senhoras, bom-dia!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública para discutir propostas do Plano Plurianual 2004/2007 e do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004.

O tema de hoje é agricultura, meio ambiente e recursos hídricos, bem como indústria e comércio.

Convido para compor a Mesa os seguintes senhores: Deputado João Malheiros, 3º Secretário; Deputado Zeca D'Ávila; Deputado Sebastião Rezende; Deputada Verinha Araújo; Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; Sr. Homero Alves Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural; Sr. Alexandre Herculano C. de Souza Furlan, Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia; Sr. Jair Mariano, Presidente do INTERMAT; Sr. Décio Coutinho, Presidente do INDEA.

Devido ao Sr. Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia ter um compromisso firmado em Brasília...

Agradecemos a presença do Sr. Eudes do Carmo, Vice-Presidente da FETAGRI; da Srª Tereza Rios, Coordenadora Estadual de Mulheres e Trabalhadores Rurais da FETAGRI; do Sr. Adão da Silva, Secretário de Política Agrícola da FETAGRI; do Sr. Nelson Borges, Assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil; da Srª Susan Dignar, Gestora Governamental da SEPLAN; do Sr. Antônio Carlos Dinis Sales, Técnico da SEPLAN; do Sr. Décio Coutinho; do Sr. Carlos Vitor Bona, Secretário Adjunto da Indústria e Comércio; do Sr. José Epaminondas Matos Conceição, Secretário Adjunto de Desenvolvimento; do Sr. Gilson Francisco Silva, Secretário Adjunto de Cultura e Presidente do FETAGRI; do Sr. Ivanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. Antônio Carlos Ramos, Presidente do Bairro Nova Várzea Grande; do Sr. Nilzo Antônio de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres; e do Sr. Gilson Oliveira dos Santos, Secretário Adjunto de Transporte.

Com a palavra, o Sr. Alexandre Herculano Furlan, Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia.

O SR. ALEXANDRE HERCULANO FURLAN - Eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados aqui na pessoa do Deputado Mauro Savi, que está dirigindo os trabalhos. Quero agradecer também por estar falando em primeiro lugar.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados e aos demais participantes desta Audiência Pública que eu terei que me ausentar às 10:15 horas, mas os Secretários Adjuntos, o Epaminondas, da área de desenvolvimento, e o Bona, da área de gestão, estarão aqui para responder quaisquer perguntas que porventura os senhores tenham após a minha saída.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

O nosso PPA 2004/2007 contempla algumas novidades notadamente na parte de energia, porque a nossa Secretaria, a partir de meados deste ano, passou a se denominar Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia. Portanto, a responsabilidade pela gestão e pelo planejamento energético do Estado de Mato Grosso está afeta a nossa Secretaria. Portanto, uma das novidades é que nós temos alguns projetos nessa área de energia, o maior deles, talvez, seja o desafio que nos foi colocado pela Ministra Dilma Rossef, dentro do programa do Governo Federal de universalização na área de energia, o Programa Luz para Todos. Nós temos uma quantia considerável a ser despendida pelo Estado para contrapartida desse programa. Nós conversamos, na Secretaria da Fazenda, um percentual do ICMS recolhido para energia como contrapartida aos recursos do Governo Federal. Para implantação da MTGás também para que nós consigamos distribuir o gás natural veicular e também o gás em nível de utilização industrial, nós temos algumas ações que se consubstanciam em alguns projetos que nós temos elencados no PPA, projetos que não demandam tantos recursos e serão alocados ao longo dos quatro anos.

Como não poderia deixar de ser, nós temos alguns projetos e atividades concernentes ao desenvolvimento das cadeias produtivas que já vinham sendo trabalhados no Estado, notadamente na industrialização dos produtos alimentares, também no agronegócio da madeira, no incentivo à industrialização do couro, da cadeia produtiva do algodão e da mineração. Esses também são programas que já existiam e que nós estamos trabalhando, além de um programa novo que é de incentivo à indústria joalheira. Nós acreditamos que Mato Grosso, e sabemos que Mato Grosso é rico em minerais, eu acho que os senhores viram a prisão de um casal com centenas de diamantes esses dias, e nós não fazemos nada aqui no Estado em termos de ter um *designer* na área de joalheira. Então, tem um projeto que visa estarmos implantando o pólo joalheiro no Estado de Mato Grosso.

É preciso também continuar fomentando a questão do comércio exterior, que é importante para nós. Este ano nós devemos suplantar o volume de dois bilhões de dólares de exportação, mas muito ainda voltado à exportação de *comodities*, produtos primários, então nós precisamos procurar desenvolver, encontrar nichos de mercado, trabalhar em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior e com APEX, além da Investe Brasil, e nós temos algum dinheiro alocado num projeto atividade para o fomento na área de comércio e exterior, para ampliação do nosso comércio exterior.

Também na área do comércio especificamente, além dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Indústria e Comércio - FUNDEIC, nós queremos dar uma nova roupagem ao comércio de Mato Grosso. Nós também temos alguma coisa destinada ao fomento específico do comércio e serviços, promovendo uma melhoria contínua do nosso sistema de produção interna, inclusive em Mato Grosso, na área do vestuário também.

Uma outra questão que pode também pairar alguma dúvida que estamos prontos para esclarecer é a questão do Porto Seco que foi criado em Cuiabá, da Estação Aduaneira, do EADI, Estação Aduaneira do Interior, em que nós estaremos incrementando não só a exportação, como a importação através do Porto Seco. E eu me antecipo para dizer que esses dias me questionaram dizendo “ah, mas o Porto Seco é administrado por uma empresa privada”. É, em todo o País é assim. E, na verdade, a facilidade que tem de nós termos um desembaraço aduaneiro aqui é porque nós vamos estar gerando uma série de serviços em torno desse embarço aduaneiro. Para os senhores terem uma idéia, hoje, o pessoal que exporta madeira, por força de ter todo o trâmite aduaneiro feito no Paraná, ou em São Paulo, ou em Santa Catarina, todos os certificados de origem dos produtos, às vezes, são feitos lá naqueles Estados, deixando de gerar receita interna. Então, a EADI aqui é algo que vai trazer um ganho de escala muito grande para o Estado de Mato Grosso.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

A questão, também, da atividade mineral. Nós temos a METAMAT, hoje, que tem alguns problemas advindos do passado, porque ela absorveu todo o passivo da CODEMAT. Ela não absorveu a SANEMAT, mas a responsabilidade está sendo dela também. A METAMAT tem hoje um patrimônio líquido negativo muito grande e nós estamos tentando fazer agora uma reavaliação de ativos, para que nós consigamos, do ano que vem para frente, centralizar as ações de política mineral do Estado, no âmbito da Secretaria, para que nós possamos, então, minimizar os problemas que temos tido com a METAMAT, no sentido de equilibrarmos financeiramente essas questões.

Nós estamos fazendo, também, nessa área um novo mapeamento geológico do Estado de Mato Grosso, na proporção de um para um milhão. Isso significa que nós vamos poder estar detectando, a cada dez quilômetros, todas as ocorrências minerais no Estado de Mato Grosso, uma coisa que nós não tínhamos, e aí vamos ter condições, então, de fazer um planejamento muito melhor para essa parte geológico-econômica de insumos minerais, inclusive para agricultura em Mato Grosso.

Então, há vários projetinhos aqui da área de mineração que giram em torno disso. Também um plano diretor de mineração na região metropolitana de Cuiabá, que é para que nós possamos estar subsidiando o planejamento e gestão territorial da mineração na região de Cuiabá e região circunvizinha.

Na questão de energia, também, a questão do fomento ao uso de fontes alternativas de energia, da biomassa, eólica, energia solar. Nós vamos estar trabalhando para estudar isso.

A questão do biodiesel, também, acreditamos que seja extremamente importante.

Aqui tem alguma coisinha, também, para a questão do setor de combustíveis. Nós acreditamos que, agora, com a alternativa do gás, teremos possibilidade de fazer muitas coisas nessa área.

Secretário Yenes Magalhães, eu não conhecia a metodologia das apresentações que foram feitas anteriormente, mas, simplesmente, eu pincelei rapidamente o que temos no PPA, porque somos uma Secretaria fomentadora da industrialização do Estado, do comércio e dos serviços. Temos como atividades vinculadas, ainda que me esqueci de falar, a JUCEMAT e o IMMEQ - Instituto de Metrologia e Qualidade, que são dois órgãos que têm condições de auto-sustentabilidade plena. Eu até gostaria de elogiar a Junta Comercial de Mato Grosso, que, no ano passado, em uma escala de um a cem, em uma pesquisa promovida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio, tinha trinta e sete pontos, se não me engano, e este ano nós fomos para noventa e sete pontos. Recebemos o selo ouro. Temos conseguido diminuir o prazo de tramitação de registros de empresas, de alterações contratuais dentro da Junta. E o IMMEQ, também, tem tido o trabalho do Jair Dorigão muito importante e temos conseguido fazer com que o IMMEQ seja um Instituto considerado como de ponta pelo INMETRO nacional.

Eu acho que era mais ou menos isso. Se o Secretário Yenes Magalhães quiser complementar alguma coisa que eu tenha olvidado por conta da inexperiência de apresentação de PPA, eu gostaria de receber o seu auxílio.

Deputado Mauro Savi, só mais uma coisa que eu me esqueci. Os projetos, apenas para esclarecimento, na área de energia, basicamente, são recursos da Fonte 127, que são recursos provenientes do CEFEM, que é a compensação financeira proveniente tanto da exploração mineral, quanto da utilização dos potenciais hídricos do Estado. Ou seja, a partir do momento que tivermos mais hidrelétricas e mais termelétricas funcionando, teremos um maior recurso proveniente da compensação financeira, e, portanto, poderemos alavancar ainda mais essas atividades.

Os projetos de incentivo à industrialização tanto das cadeias produtivas, das quais eu já falei: do algodão, do couro, da carne, são provenientes da Fonte 130, que é, justamente, o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

retorno dos incentivos concedidos, o retorno do PRODEI, o retorno do FUNDEIC. Então, nós reaplicamos. Inclusive, esse ano nós fomos muito criticados com relação ao FUNDEIC, porque nós pegamos a Secretaria com vinte e um milhões de projetos de FUNDEIC e tínhamos quatro milhões no Orçamento para aplicarmos. Revimos todo o FUNDEIC. Era uma linha de financiamento para micros e pequenas empresas, porque nós tínhamos uma inadimplência na ordem de 65%. Quer dizer, o Fundo ia começar a ficar raso, Deputado Mauro Savi. Nós readequamos, estamos pegando garantias reais e, a partir do ano que vem, acredito que tenhamos algo em torno de seis a sete milhões para investimentos em todos os municípios do Estado, financiando e fomentando micros e pequenas empresas que possam agregar valores, utilizando matérias primas em Mato Grosso. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, nobre Secretário.

Gostaria de observar que caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes, poderão fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e o interpelado terá três minutos para resposta.

Com a palavra, o Exmº Sr. Secretário de Desenvolvimento Rural, Homero Alves Pereira.

O SR HOMERO ALVES PEREIRA - Gostaria de cumprimentar o Presidente Mauro Savi, os demais Deputados aqui presentes, senhoras e senhores.

Na Secretaria de Desenvolvimento Rural temos três entidades vinculadas que são, na verdade, as executoras das políticas públicas, executadas pela SEDER, que é na área fundiária, de regularização fundiária, o INTERMAT; na área da defesa sanitária animal e vegetal, o INDEA; e na área de assistência técnica, pesquisa e assistência técnica, a EMPAER.

A Secretaria atua pouco como órgão executor, salvo alguns trabalhos que já pegamos em andamento, que a Secretaria continua executando. Ela fica mais como órgão de articulação institucional. Mas nós temos no âmbito da nossa Secretaria alguns programas em desenvolvimento. E eu vou passar a palavra depois para as nossas entidades vinculadas, Sr. Presidente, para que cada um possa se manifestar - inclusive o Dr. Aréssio Paquer está chegando, vou pedir para ele sentar aqui para depois se posicionar sobre as atividades da EMPAER.

Nós temos alguns programas que são executados pela Secretaria. Acabamos de absorver mais um programa agora, neste ano, que é o antigo programa do PADIC. O PADIC que era conduzido pela Secretaria de Estado de Planejamento, mas o Secretário Yênes, entendendo que não é uma função da Secretaria de Estado de Planejamento tocar programas, mas sim legalizá-los, nos repassou esse programa e estamos reformatando-o. Ainda este ano, até o dia 19, 20 de dezembro, deveremos estar lançando um programa que objetiva apoiar a comunidade, principalmente no sentido de agregar valor à pequena produção para que possa transformar essa produção lá mesmo no município. Um dos focos dessa nova metodologia do programa que pretendemos implantar é revitalizar aqueles programas que foram financiados pelo PADIC antigo, que, de uma maneira ou de outra, estão paralisados ou estão ociosos. Temos muitos casos de agroindústrias que o recurso do PADIC não foi suficiente e precisa ser revitalizado. Então, estamos utilizando, não temos muito dinheiro para este ano, mas temos um recurso suficiente, 615 mil reais, para que possamos revitalizar essas agroindústrias que estão paralisadas, no sentido de que elas possam estar gerando empregos e agregando valor à produção.

Lançamos neste ano também um programa que pretendemos implementar para os próximos anos no PPA, o Programa Panela Cheia, que objetiva fomentar a produção, principalmente da agricultura familiar, porque as pessoas têm dificuldades de acesso a crédito e, conseqüentemente,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

não conseguem ter acesso à semente, por exemplo, que é o primeiro insumo necessário para que possam produzir. Então, neste ano lançamos o programa, houve uma demanda muito grande, tentamos uma parceria maior com Brasília, através do Ministério de Agricultura e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, mas, em função de problemas orçamentários, não foi possível implementarmos uma parceria mais ampla neste ano - esperamos conseguir no próximo ano -, mesmo assim fizemos uma distribuição de 370 toneladas de semente de arroz, milho e hortaliças. A demanda é por muito mais, inclusive existe uma manifestação do Deputado Mauro Savi para a safra de feijão, que ainda pode ser feita para o próximo ano, em fevereiro e março, que a gente possa ter o feijão para estar implementando esse programa. Eu tenho plena convicção de que o Governador será sensível para o início do exercício de 2004 estarmos implantando.

Temos uma demanda muito grande na área de poços artesianos, porque essa concepção, esse modelo de reforma agrária que está aí implantada, que leva em consideração só o fator terra, não é suficiente para que as famílias possam permanecer. Eu acho que com a distribuição simplesmente de terra não estamos fazendo uma reforma agrária de forma mais conseqüente, de forma mais que ela tenha eficácia. Então, um insumo necessário é a água. Tem que ter, no mínimo, a terra e a água com sementes, depois crédito e assistência técnica, uma série de componentes. Mas no primeiro momento tem que ter terra e água. Então, nós estamos nos articulando.

Está previsto para o PPA para que nós possamos também estar implantando um grande programa de poços artesianos. O Governo do Estado não agüenta sozinho programa como esse, nós temos que tentar uma articulação com o Governo Federal.

Este ano, contactamos com o Ministério da Integração Nacional para que possa estar nos ajudando. A idéia é que, no próximo ano, ele possa nos ajudar, que nós possamos fazer um programa com ampla parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal.

Da forma como os recursos são disponibilizados à Secretaria de Desenvolvimento Rural, como a demanda é uma demanda muito grande, a nossa estratégia é utilizar esses recursos para que eles possam ser oferecidos em contrapartida para que nós possamos captar em nível do Governo Federal no âmbito dos vários Ministérios, seja na Agricultura, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário, Ministério de Segurança Alimentar. Então, nós precisamos de muito apoio da nossa Bancada Federal para que possa estar disponibilizando os recursos nesse sentido.

Ao par disso, na semana passada, estivemos em Brasília e conseguimos garantir lá uma emenda parlamentar, de bancada, que foi elaborada por quatro Deputados da nossa Bancada Federal, a princípio de cinqüenta milhões de reais. Esperamos aprovar parte disso, para que possamos oferecer a contrapartida, uma emenda que prevê infra-estrutura para agricultura familiar e fomento para a agricultura familiar. A emenda é exclusivamente para que nós possamos apoiar a agricultura familiar em nosso Estado, porque o agronegócio de Mato Grosso, a agricultura comercial precisa muito pouco das articulações da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Fundamentalmente a demanda é por estrada que está sendo feito, através do Programa Estradeiro, inclusive em parceria com os próprios produtores, e a demanda é quebrar algumas barreiras porque os nossos produtos precisam ganhar mercado, barreiras sanitárias, tarifárias. Então, a demanda é pouca na nossa Secretaria, mas a agricultura familiar, não. Nós temos uma demanda muito grande e temos que fazer esse trabalho articulado com o Governo Federal, que está anunciando volumes vultosos de recurso para estar apoiando a agricultura familiar. Então, nós temos que ter esse recurso para oferecer como contrapartida.

Mas para entrar especificamente nas áreas, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Jair Mariano, Presidente do INTERMAT, para que ele possa dizer sobre as ações que estão previstas, que estão sendo executadas pelo INTERMAT na área fundiária, depois ao Dr. Décio

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

Coutinho, para falar das ações de defesa e, por último, ao Dr. Aréssio Paquer, para falar das ações de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Sr. Presidente, permita-me usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com certeza.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Agradeço, Deputado Mauro Savi.

Eu queria só pedir, Sr. Homero, como o Secretário Alexandre Herculano Furlan, nos próximos dez minutos vai ter que deixar a Casa...

Sr. Alexandre Herculano Furlan, eu queria pedir para o senhor - porque nós estamos discutindo o setor produtivo. Então, se pudesse dar uma rápida fala sobre o FCO, a política do Governo Federal, o que está acontecendo e, sobre uma coisa que nós vamos falar depois, com um pouco mais de calma, sobre uma audiência, Deputado Mauro Savi e Srs. Deputados, que nós vamos ter o dia todo no SEBRAE Pantanal, onde a pedido do Ministério da Integração Regional nós vamos discutir sobre a SUDECO. Se vai ser criada a superintendência, a agência, que encaminhamento vai ser dado.

Então, vai ser uma discussão envolvendo todo o Estado de Mato Grosso, com a colaboração da Assembléia Legislativa - já conversei com o Presidente Riva - e hoje mesmo tem uma reunião da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, de todo o Centro-Oeste, Deputados Federais e Senadores. E o Senador Jonas Pinheiro nos convocou, mas como eu não posso estar na reunião, eu vou a Brasília, mas no período da tarde o Sr. Alexandre Herculano Furlan estará participando dessa reunião, representando o Governo do Estado.

O SR. ALEXANDRE HERCULANO FURLAN - Obrigado, Sr. Secretário.

Há uma coisa importante. Depois que a SUDAM fechou, e eu digo fechou, porque na verdade são três anos de tentativas de ressuscitar a SUDAM e não se conseguiu... A única linha de investimento que se tem hoje, de financiamento que se tem hoje, condizente com as necessidades que tem Mato Grosso e a Região Centro-Oeste, é o FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que hoje tem como agente financeiro único o Banco do Brasil e que nós estamos tentando ampliar. Já é uma promessa do Ministro Ciro Gomes, como já foi do Ministro que o antecedeu, no sentido de abrir, desprairar isso para o SICREDI e para outras instituições financeiras. Nós temos, hoje, oitocentos e cinquenta e oito milhões de reais de projetos entre quatrocentos e tantos milhões da agricultura e outros trezentos e tantos milhões da indústria, represados no FCO, por falta de recurso.

Quando Mato Grosso assumiu a Secretaria do Centro-Oeste, lá está o Alexandre César, existia uma determinação do Ministro Ciro Gomes para que 51% de todos os recursos do FCO fossem para micros e pequenos empresários. Ocorre que, historicamente, desde 889, quando começou a operar efetivamente o FCO, 80% do volume de projetos eram de micros e pequenos empresários, tanto da área rural quanto da área industrial, comércio ou serviço. Só que esses 80% do volume de projetos respondiam apenas por 12% a 15% do volume financeiro. Isso significa que os 20% de projetos de grandes e médias empresas engoliam 80% dos recursos.

Este ano, o que aconteceu? Como se travou todo e qualquer grande e médio projeto no FCO, eles ficaram represados e se destinou recurso para micro e pequeno, nós vamos chegar na condição de chegarmos ao final do ano e ter muita demanda reprimida, talvez, não conseguindo aplicar na totalidade dos recursos. Mas eu acredito que essa seja uma visão correta do Governo Federal, na medida em que 80% da economia, do emprego gerado e tal, giram em torno de micros e pequenos negócios.

O que estamos tencionando fazer no ano que vem... O Secretário Homero Pereira acaba de me passar um documento que eu tinha passado para ele... Aqui em Mato Grosso nós temos trabalhado em conjunto, Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia e SEDER, para que nós

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

possamos alocar recursos do FCO da forma como os nossos conselhos estaduais de desenvolvimento empresarial e da área rural entendem que devem ser aplicados os recursos.

Então, a previsão para 2004 é que venhamos a aplicar no FCO Empresarial, que contempla indústria, infra-estrutura, turismo, comércio e serviços, 77 milhões de reais, dos 340 milhões de reais que estão destinados a Mato Grosso no ano que vem. Exatamente metade, metade, setenta e sete milhões quinhentos e trinta e três, no FCO Empresarial, e setenta e sete milhões quinhentos e trinta e três no FCO Rural, sem esquecer que nós temos depois, isso para minis e pequenos, para as médias e grandes, nós vamos ter noventa milhões. Isso significa que nós vamos estar respeitando, para o ano que vem, os 51% destinados ao micro e pequeno, porque nós temos do total 10% já são automaticamente destinados ao PRONAF e 10% já são destinados à infra-estrutura. Então, no restante nós estamos repartindo de acordo com a resolução.

Temos uma demanda, como já disse, represada de oitocentos e cinquenta e oito milhões, que nós vamos procurar - são quatrocentos e cinquenta e cinco milhões setecentos e cinquenta no rural e trezentos e dezessete milhões no empresarial - fazer com que o Banco do Brasil direcione a aplicação desses recursos dentro dos projetos que consideramos estratégicos para o Estado de Mato Grosso, tanto na área rural, quanto na área industrial, comércio, serviços e turismo. Então, essa seria a notícia, foi aprovada, até por uma decisão política do Ministro Ciro Gomes, em conjunto com o Presidente Lula, a destinação, agora no dia 19, de um bilhão de recursos do FAT que vão ser aportados no FCO. Mato Grosso tem direito a duzentos e sessenta milhões, desse um bilhão, que serão cinquenta e um milhões neste ano, para dar vazão a projetos represados e mais duzentos milhões no ano que vem que virão agregar a esses trezentos e quarenta milhões. Então, nós temos uma perspectiva de no ano que vem aplicarmos algo em torno de seiscentos milhões no FCO em Mato Grosso, o que sem sobra de dúvida é um instrumento alavancador de desenvolvimento para micros, para pequenas, para médias e, eventualmente, para grandes empresas também.

Era isso, Secretário Yênes Magalhães, e hoje à tarde nós estaremos participando de uma discussão que está sendo levado a efeito pela Frente Parlamentar do Centro-Oeste, para que nós possamos discutir, dentre outras coisas, a visão um tanto errônea que está tendo o Ministro Ciro Gomes com relação ao Centro-Oeste, quando ele disse na semana passada, em entrevista a vários jornais, que o Centro-Oeste é muito mais parecido com o Sul e com o Sudeste do que com o Norte e com o Nordeste. Portanto, nós não precisamos de nenhum centavo de incentivo ao benefício, nós só precisamos de infra-estrutura e financiamento.

Ora, se infra-estrutura o Governo Federal não tem todas as verbas necessárias porque ele tem que distribuir isso ao longo do Brasil inteiro e se nós temos poucas linhas de financiamento, por certo que nós devemos continuar tendo incentivos e benefícios como mecanismos compensatórios desse desequilíbrio regional que ainda sofremos.

Então, essa é uma discussão que está sendo levada a efeito e eu acredito que o Senado Federal terá a sensibilidade suficiente para perceber que o Centro-Oeste, ainda, por força dos seus problemas de infra-estrutura, de logística, de mercado interno, consumidor ainda pequeno e de qualificação de mão-de-obra em determinados setores, precisa, sim, ter os olhos voltados para uma política de incentivos extremamente necessária.

Então, é isso que nós estaremos fazendo lá e eu acho que com relação ao FCO seria isso, Secretário Yênes Magalhães.

Muito obrigado, Deputado Mauro Savi, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Secretário.

Com a palavra, o Secretário Homero Pereira.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

O SR. HOMERO PEREIRA - Eu gostaria de convidar, então, o Presidente Jair Mariano, do INTERMAT, para que ele possa fazer a sua explanação, seguido do Dr. Décio Coutinho, do INDEA, e, depois, o Dr. Aréssio, da EMPAER.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Deputado Mauro Savi, Deputado Zeca D'Ávila, Deputada Verinha Araújo, Deputado Dilceu Dal Bosco, Secretário Homero Pereira, Secretário Alexandre Furlan, Secretário Yênes Magalhães, Dr. Décio, Sr. Secretário de Turismo, Dr. Ricardo - faça uma mistura com o Deputado Pedro Henry, e que é perigosa...

Sr. Presidente, eu tentarei ser breve e complementar, se dúvidas houver. No INTERMAT, sob a orientação do Governador Blairro Maggi e do Secretário Homero, nós traçamos um tripé de ações. Tripé baseado em três programas estratégicos: varredura fundiária que atende a questão da regularização rural elencada por município ou através da demanda; o Programa Tequenfim, porque é um programa de regularização fundiária urbana; e o Programa Nossa Terra, Nossa Gente, que trata de vilas rurais, que são assentamentos em torno das cidades, com público específico, direcionado a homens e mulheres chefes de famílias com mais de quarenta e cinco anos, e que se atende a uma demanda local de comercialização. Dentro do Nossa Terra, Nossa Gente, um grande programa, também, de resgate, de valoração das comunidades tradicionais, notadamente da Baixada Cuiabana, com a transformação em PAs de comunidades tradicionais que, no decorrer de algumas gerações, ficaram à margem, e que seriam na verdade os futuros acampados, caso nada fosse feito. Esse é o tripé estratégico das nossas ações.

Dr. Décio, do INDEA, perdoe-me a falha.

Nós passamos às mãos dos senhores algumas ações desenvolvidas nesse período, que eu vou tentar sintetizar e cujos números encontram-se com os senhores.

Na questão de arrecadação de terras, que consiste num projeto de identificação e incorporação de áreas devolutas ao patrimônio público estadual para posterior regularização fundiária, foram arrecadados trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove hectares. Na questão de regularização fundiária urbana, nós temos uma demanda já apresentada e levantada de quarenta e cinco mil imóveis a serem regularizados.

Esses imóveis, Sr. Presidente, são, em parte, ocupações que se transformaram em lotes, que, transformados em loteamentos não regularizados, precisam ser regularizados; projetos de construções da COHAB, ou da Caixa Econômica, que, no afã das construções, ficaram sem regularizações. E o Programa Tequenfim atende a escrituração e/ou titulação definitiva. Nós temos um levantamento de necessidade em torno de quarenta e cinco mil imóveis no Estado. Este ano nós já entregamos sete mil e oitocentos títulos definitivos ou escrituração. Temos para serem entregues sete mil, quatrocentos e noventa e cinco títulos e, em cartório, a questão em cartório porque atende alguns preceitos, ditames e tempo, mais mil e oitocentos títulos. Deveremos fechar esse ano com dezessete mil títulos efetivamente entregues na questão fundiária urbana, que é o Projeto chamado Tequenfim.

O Programa Nossa Terra, Nossa Gente tem duas vertentes. Uma colocada aqui, que são as vilas rurais, que compreendemos como um projeto extremamente importante, de cunho social muito relevante, Deputado Dilceu Dal Bosco, e que atende a uma demanda criada, Deputado Zeca D'Ávila, no entorno das cidades de trabalhadores desempregados, que não vêm outra alternativa a não ser deslocarem-se para acampamentos na expectativa da terra. E isso cria um caldeirão de tensão, que nos cabe, através de uma política social concatenada, trabalhar para o seu desarme. Então, esse Programa Nossa Terra, Nossa Gente, na vertente de vilas rurais, atende prioritariamente a famílias, como eu já disse, com menos de quarenta e cinco anos e que,



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

necessariamente, são daquele município, daquela cidade. É um Programa com uma visão social extremamente interessante.

Nós temos, efetivamente, implantados, em Alta Floresta, dois: um de cento e setenta e seis famílias e outro de trinta e cinco famílias. Nós temos em fase de implantação: Arenópolis, Jangada, Poconé. Estão bastante adiantados esses três. Em Nova Monte Verde nós estamos enfrentando uma dificuldade legal. Deve demorar um pouco mais. Em Cuiabá, nós estamos, apenas, esperando a questão da oportunidade de realização, que deverá ser depois da temporada das chuvas.

Na questão de emissão de títulos definitivos, o INTERMAT de janeiro a agosto, aqui não estão computadas algumas coisas finais porque não tivemos - perdoe-me Secretário -, de ontem para hoje, tempo de fazer esse levantamento. Mas nós temos essa... Os levantamentos foram emitidos títulos rurais, 246 títulos rurais de regularizações individuais, que chamamos aquela que a demanda surgiu a partir do interessado. Desses títulos, Srs. Deputados, foram emitidos 14, 246 no total, sendo 14 títulos com área maior do que 1.000ha e 05 títulos com área maior do que 2.000ha.

Então, é até para que realcemos a situação de que, prioritariamente, foi emitido um grande número de títulos de pequenas áreas.

O Projeto Varredura atende áreas onde são identificados os conflitos. Nós determinamos uma ação pontualmente identificada, pegamos, ou o município, ou a gleba, como área de ação... Nós temos Nossa Senhora do Livramento que estamos terminando. Estimamos uma área de regularização de 80.000,0000ha.

Rosário Oeste, Deputada Verinha Araújo, praticamente pronto, identificado, mensurado e em processo, ou de transformação IPA, ou de titulação, 260.000,0000ha.

Marcelândia, ainda em fase embrionária, com problema. O Deputado Dilceu Dal Bosco conhece. Temos algumas dificuldades lá, basicamente partindo de produtores ou de grandes proprietários que estão criando uma certa dificuldade, mas isso está sendo trabalhado. Desses 900.000,0000ha, tivemos um avanço aí que beira cem, cento e cinquenta mil hectares já identificados.

Em Alto Araguaia, surpreendentemente, Secretário Homero, está caminhando muito bem. A Gleba Ariranha, que é historicamente problemática, está caminhando com uma celeridade que nos surpreende. Acredito que tudo caminhando bem, até abril do ano que vem, fechamos a Gleba Ariranha.

Programa de construções de habitação nos assentamentos do Estado é uma parceria com o INCRA, que herdamos do Governo passado. Esse programa havia sido elaborado pela gestão que nos antecedeu. Nós recebemos esse programa, que era um total de três mil e duzentas casas, onde o INCRA entrava com o valor de dois mil e quinhentos reais, o Estado com mais quinhentos reais de mão-de-obra. Nós recebemos em torno de oitocentas e quarenta e sete casas prontas. Em 2003, nós conseguimos realizar mil, seiscentos e setenta, e o projeto está em via de conclusão. Imagino que mais uns trinta dias, devemos concluí-lo.

Nós temos dois importantes acordos de cooperação técnica, um com o INCRA, que atende, acho que é o mais importante programa que o INTERMAT toca, que é dentro do Programa Nossa Terra Nossa Gente, de valoração das comunidades rurais, basicamente na Baixada. Centramos todo esforço aqui na Baixada Cuiabana. Nesse Programa vamos entrar com o crédito instalação, o INCRA entra com 15 milhões de reais e o Estado com 02 milhões e 300 mil reais, fornecendo a essas comunidades, identificadas como assentamentos ou comunidades isoladas, a perspectiva de uma casa em torno de 42m<sup>2</sup> e mais R\$1.500,00, R\$1.450,00, para ser mais exato, entre aportes de fomento e ajuda de instalação. Nesse programa nós temos numa cooperação técnica

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

com o INCRA e está caminhando relativamente bem. Devo agradecer aqui publicamente o empenho do Leonel. Há a preocupação em manter e conseguir agilidade para darmos conta de fazer este ano e renovar no ano que vem, porque é extremamente importante.

O segundo é o Programa Tequenfim, que o Ministério das Cidades está sendo nosso parceiro, até agora está sendo parceiro na entrega dos títulos, mas eu tenho muita esperança de que vai, efetivamente, entrar com recursos também. Devo dizer que, desculpando o tom de brincadeira, o convênio já gerou alguns benefícios, notadamente nas ações interinstitucionais na Caixa Econômica e outras ações. Para o ano que vem temos elencados 64 municípios e devemos levar o Tequenfim para esses 64 municípios, e com efetiva parceria com o Ministério das Cidades. Neste momento, tocamos 04 cidades dentro desse convênio, por enquanto com recursos exclusivamente do Estado.

Para eu não me alongar demais na explanação, os senhores têm na segunda parte desse documento que encaminhamos as nossas perspectivas para 2004, alocadas por fonte de recursos e por possibilidades de ação mensurada em números de atendimentos e o valor do projeto, da atividade e a sua fonte.

Nós estamos à disposição, acho que esse é um trabalho exageradamente longo para se colocar. A questão orçamentária do INTERMAT está equacionada dentro da perspectiva de projetos de relevância previstos no PPA, e eu tenho que agradecer o Secretário Yênes Magalhães por todos os projetos de relevância.

No orçamento, é claro que a choradeira deve ser geral, mas estamos relativamente bem contemplados, guardada essa ressalva de que em algum projeto entendido pelo Governo como de relevância, e gerando o Estado ao INTERMAT, porque nós estamos também num programa muito sério de alavancagem de recursos disponíveis com programas de parcerias e outras possibilidades de convênios que nós deveremos continuar estudando. Então, em linhas gerais, é isso. Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, o Dr. Décio, do INDEA.

O SR. DÉCIO COUTINHO - Bom-dia a todos, Deputado Mauro Savi, Dilceu Dal Bosco, Deputado Zeca D'Ávila, Deputada Verinha Araújo, Secretário Yênes Magalhães, Secretário Adjunto da Secretaria de Indústria e Comércio, Secretário de Desenvolvimento Rural, Homero Pereira, e todos aqui presentes.

É uma situação bastante interessante, porque apesar de não ter sido combinada, a ordem ficou bastante interessante, porque a Secretaria de Indústria e Comércio colocou a sua programação e vocês viram que basicamente 90% da programação da Secretaria de Indústria e Comércio está ligada à agroindústria mato-grossense. Nós vamos ter que falar de uma atividade que basicamente vai garantir parte dessa comercialização em função da certificação sanitária, seja ela de origem animal, vegetal, para que nós possamos ter a tranqüilidade dessa comercialização de todo esse produto que vem sendo apresentado tanto de forma *in natura* como industrializado.

O INDEA, como órgão responsável pela certificação sanitária de produtos, subprodutos de origem animal e vegetal, tem na sua programação... Nós trabalhamos o ano de 2003 com sete projetos aqui em atividade, sendo que cinco desses projetos diretamente ligados a atividades-fim da instituição, ou seja, a defesa animal, vegetal, a inspeção de produtos, subprodutos de origem animal, a anatomia, identificação e cubagem da madeira no Estado e a padronização e qualificação de produto, subprodutos de origem vegetal. Para o ano de 2004, nós estamos propondo quinze grandes projetos. A metodologia atendeu a nova metodologia de planejamento do Estado enfocando a aplicação de recurso nas áreas fim e não nas áreas meio da instituição.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

Então, nós temos para o ano de 2004, na nossa proposta, um primeiro grande programa, que é o programa de defesa animal, onde serão trabalhadas a erradicação da febre aftosa, da peste suína clássica e da doença de *new castle*. O Estado de Mato Grosso já é considerado como livre dessas doenças. Então, nós vamos estar trabalhando a manutenção desse *status* sanitário, para que possamos ter a continuidade tanto do processo da bovinocultura, como da suinocultura, como da avicultura no Estado. A garantia que nós temos, hoje, da comercialização desses produtos está diretamente ligada à manutenção da condição de área livre dessas doenças no Estado, ao controle da anemia infecciosa equina, ao controle e à erradicação da brucelose e da tuberculose bovina, ao controle da raiva dos herbívoros e ainda à fiscalização de trânsito interestadual, onde nós temos hoje implantado no Estado quatorze postos de fiscalização, que controla toda entrada e saída de produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal no Estado de Mato Grosso.

Um outro grande programa, o Programa de Defesa Vegetal, onde nós iremos trabalhar a ocorrência e combate à nematóide do cisto da soja, o controle das principais pragas dos citrus, a prevenção da entrada da mosca da carambola no Estado, o controle do bicudo do algodoeiro, o controle da sigatoca negra da banana, o controle do mofo da banana, a fiscalização de trânsito vegetais com ênfase na manutenção da condição do Estado com relação ao plantio de transgênicos e o cadastramento de produtos agrotóxicos e afins. É responsabilidade do INDEA o cadastramento de todos os agrotóxicos que são aplicados dentro do Estado de Mato Grosso.

O terceiro programa é o Programa da Melhoria no Abastecimento e na Comercialização, onde o INDEA volta a realizar a atividade de classificação de produtos de origem vegetal, a classificação da soja, do milho e do arroz, dos produtos básicos produzidos no Estado.

Há dois anos a legislação federal foi modificada. Essa era uma atividade exclusiva das entidades públicas. E foi aberta essa legislação para que também as entidades privadas passassem a fazer esse trabalho de classificação.

E a gestão que nos antecedeu houve por bem retirar o INDEA desse trabalho. E nós preparamos a instituição durante este ano e estamos retomando no ano que vem esse trabalho de classificação.

No Programa de Melhoria do Uso dos Solos e Insumos Agrícolas será feita a capacitação dos aplicadores de agrotóxicos e afins.

Programa de Desenvolvimento Florestal. Nós reativamos o laboratório de tecnologia da madeira, que é um laboratório que foi desativado nos três últimos anos e é o único laboratório da Região Centro-Oeste que tem capacidade de fazer testes para determinar a utilização tecnológica de cada madeira produzida dentro do Estado. Então, esse é um programa de caracterização tecnológica da madeira.

No Programa de Gestão de Recursos da Fauna e Flora, nós vamos dar continuidade à anatomia e identificação das madeiras produzidas no Estado, com o objetivo principal da preservação daquelas espécies que estão proibidas de abate por legislação própria do Estado.

No Programa de Incentivo à Organização da Agricultura Familiar, nós lançamos há 15 dias, o primeiro comitê de saúde animal e vegetal em assentamentos rurais. Esse programa vai fazer com que nós criemos nos assentamento rurais um comitê de saúde animal e vegetal que vai trabalhar com a capacitação de vacinadores para febre aftosa, para brucelose e de aplicadores de agrotóxicos visando as pessoas do próprio assentamento.

O Programa de Educação Ambiental é um trabalho de monitoramento da entrada, utilização e recolhimento das embalagens tríplice lavada do agrotóxico do Estado. Mato Grosso, hoje, é recordista brasileiro de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, 50% de todas as

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

embalagens que circulam no Estado são devolvidas pelo produtor nas centrais de recolhimento de embalagem.

Nós estamos lançando um programa de monitoramento onde será identificada a entrada desses produtos, a distribuição para as revendas, das revendas a distribuição para os produtores e quantidade de embalagens que esses produtores irão recolher nas centrais, fazendo o cruzamento para que nós possamos estar fiscalizando aqueles produtores que não devolveram as embalagens que levaram para sua propriedade.

O Programa de Inspeção de Produto e Subprodutos de Origem Animal, com a criação da legislação de produtos artesanais, para que se possa dar uma condição melhor de comercialização aos produtos oriundos da agricultura familiar, através da fiscalização de abatedouros, de beneficiamento de leite, de beneficiamento de ovos, de beneficiamento de mel e da fiscalização do trânsito de produtos e subprodutos de origem animal.

Por último, um grande programa de gestão de tecnologia da informação, onde nosso objetivo é a integração das informações. Nós estamos hoje em cento e trinta e três municípios do Estado, com as nossas unidades locais de execução instaladas, todas elas informatizadas, mas sem a interligação de dados entre uma unidade e outra. Então, esse programa visa basicamente à interligação dessas unidades, com a criação de um único banco de dados centralizado, para que possamos ter acesso a todas as informações *on-line*.

Então, o nosso orçamento para o ano de 2004 terá um crescimento na ordem de 7% e eu queria aqui deixar um registro porque historicamente a atividade de defesa agropecuária tem recebido aportes do Governo Federal, basicamente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na ordem entre três milhões e meio e quatro milhões/ano, nos últimos seis anos tem sido esse o volume de recurso médio que tem sido colocado no Estado. Este ano, infelizmente, nós não conseguimos receber, até este instante, nenhum recurso do Governo Federal como contrapartida para os recursos que o Estado vem colocando. O que nós tivemos até esta data foram recursos que nós conseguimos captar junto à iniciativa privada do Estado, basicamente junto ao Fundo Emergencial de Febre Aftosa, que é um organismo privado, criado pela iniciativa privada do Mato Grosso, onde estão presentes a Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso, o Sindicato das Empresas de Leilão Rural e o Sindicato dos Frigoríficos do Estado de Mato Grosso. Nesse ano já colocaram em torno de dois milhões e quinhentos mil reais no Programa de Febre Aftosa no Estado. E um outro recurso da ordem de seiscentos e cinquenta mil reais, que foram captados junto ao FACUAL, Fundo da Cultura do Algodão.

Então, o Estado de Mato Grosso colocou dentro da área de defesa agropecuária, este ano, vinte e sete milhões, a iniciativa privada diretamente na atividade, fora o que ela cumpriu como obrigação, três milhões e cem mil reais, e o Governo Federal, infelizmente, até esta data, não colocou nenhum centavo.

Então, nós temos conseguido realizar as atividades, não deixamos de realizar nenhuma atividade e estamos programando, para o ano que vem, ampliar as nossas ações em função desse crescimento de 9%, que é especificamente da receita gerada pelo INDEA. O orçamento do INDEA é composto de recursos da Fonte-100 para o pagamento da folha de pessoal e de recursos de custeio e investimento, oriundos da Fonte-240, que é da arrecadação própria do INDEA.

Muito obrigado pela paciência de vocês, e vamos estar à disposição de todos aqui na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Dr. Décio Coutinho.

Com a palavra, o Secretário Yênes Magalhães.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Deputado Mauro Savi, obrigado.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

Eu só queria pedir, Décio, para você falar sobre a questão da febre aftosa, desse trabalho que está sendo desenvolvido com a Bolívia, porque nós sabemos que a base nossa é o agronegócio, e a carne é a nossa segunda maior produção para exportação, sendo que, hoje, nós ultrapassamos os Estados Unidos e a Austrália. Nisso, sem dúvida alguma, Mato Grosso se coloca como segundo, mas nós sabemos que se for levantar no papel mesmo - que dizer, no papel não, no papel Mato Grosso do Sul está na frente -, se nós formos fazer a contagem, Mato Grosso, sem dúvida alguma, já é o primeiro. Então, isso é um trabalho muito importante, que é necessário o conhecimento.

E queria aproveitar, Secretário Homero, para pedir que, logo em seguida, o senhor falasse, antes até de passar a palavra para o Sr. Aréssio, sobre o que está sendo feito no Estado da junção dos órgãos em um só espaço para atender melhor a população.

O SR. DÉCIO COUTINHO - Dentro do Programa de Erradicação da Febre Aftosa, um dos pontos mais importantes para a manutenção da condição de Mato Grosso como área livre de febre aftosa com vacinação é a fiscalização da entrada, ou seja, do trânsito de animais de produtos e subprodutos de outras regiões, que não tenham o mesmo estado sanitário que Mato Grosso. Nesse sentido, nós temos duas fronteiras que são bastante preocupantes: a nossa fronteira com a Bolívia, onde nós temos setecentos e oitenta e um quilômetros de área de fronteira seca; e a divisa com o Estado do Pará, que também ainda não tem o mesmo *status* sanitário de Mato Grosso, com relação à febre aftosa.

Esse trabalho é um trabalho que vem sendo feito não só pelos órgãos oficiais, como também pela iniciativa privada do Mato Grosso, através da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso e através da Federação de Ganaderia de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. É um trabalho conjunto, ou seja, nós temos ido para dentro do território boliviano para executar esse trabalho junto com o Governo boliviano.

Para que os senhores tenham uma idéia, na semana que vem, Secretário, nós teremos dois colegas do Estado de Mato Grosso, um colega funcionário do Estado, funcionário do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso, e outro colega funcionário da Delegacia do Ministério da Agricultura do Estado de Mato Grosso, em viagem à Bolívia, juntamente com uma equipe da Argentina e uma equipe do Paraguai, que prestarão uma consultoria ao Governo boliviano, montando um programa de erradicação da febre aftosa em todo território boliviano, no sentido de tentar solucionar esse problema.

Então, o trabalho que vem sendo feito não é somente do nosso lado, mas também do lado boliviano. Agora, durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa, que é realizada no mesmo período em Mato Grosso e na Bolívia, nós estamos com três equipes do Estado de Mato Grosso, do INDEA, dando suporte ao Governo boliviano, ao Ministério da Ganaderia, para que possa ter uma melhoria de qualidade no trabalho de vacinação.

Historicamente, a Federação de Agricultura tem doado vacina ao Governo boliviano para reforçar esse trabalho lá. Este ano, o Governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura, doou vacinas ao Governo boliviano e ao Governo paraguaio.

Com relação ao Estado do Pará, que também tem uma situação diferenciada, nós temos uma situação muito difícil de ser resolvida na região do Vale do XV, divisa de Guarantã do Norte com Novo Progresso, no Pará. Nos últimos noventa dias, nós destacamos quatro equipes nossas que foram para dentro do território do Pará, junto com a Agência de Defesa Agropecuária do Pará, que fizeram o cadastramento de todo o Município de Novo Progresso, com o intuito de liberar esse município para trânsito dentro do Estado de Mato Grosso. Inclusive, nós estaremos quinta-feira,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

em Brasília, tentando solucionar esse problema, porque a economia dessa região não nos permite separá-la do Vale do XV e de Mato Grosso. Economicamente, é uma região só.

Então, nós estaremos lá tentando liberar o Município de Novo Progresso para termos trânsito contínuo ali. Esse é um trabalho que requer recurso, e bastante recurso, porque estaremos melhorando a condição de outro País, de outro Estado e requer, também, um volume de pessoal bastante significativo para que essa fiscalização seja feita. Para que os senhores tenham uma idéia, juntamente com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e com o Exército Brasileiro, nos últimos onze meses, nós já realizamos, na divisa com a Bolívia, duzentas e trinta e duas fiscalizações volantes, fiscalização móvel em toda aquela divisa para intensificar essa fiscalização de entrada de produtos de origem animal.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Nós queremos agradecer a presença do Luiz Fernando Caldart, Superintendente de Desenvolvimento de Turismo, bem como do suplente de Deputado, Max, Vereador de Jaciara, do Dr. Aréssio Paquer e do Deputado Wagner Ramos, a quem convidamos para compor a Mesa.

O SR. HOMERO ALVES PEREIRA - Sr. Presidente, antes de entrar na questão da integração, que foi solicitada pelo Secretário Yênes... Para vocês terem idéia o tanto que essa questão da defesa sanitária, tanto vegetal como animal, é estratégica para nós, essa preocupação, inclusive, com os outros países, porque Mato Grosso tem ganhado mercado, a cada ano tem ganhado mercado, seja na carne bovina, seja na suinocultura, porque nós já exportamos esse ano, inclusive para Rússia, dos nossos frigoríficos, seja carne de aves, a ovinocultura... É uma realidade crescente no nosso Estado.

Por iniciativa do Deputado Zeca D'Ávila está sendo feita uma provocação junto ao Governo para um programa social a ser desenvolvido na área da caprinocultura.

Então, nós ficamos muito preocupados com essa área que, realmente, é estratégica. E o Governador tem dado todo apoio.

Este ano, nós chamamos os concursados que fizeram concurso no Governo passado. Para vocês terem uma idéia, o INDEA já chamou mais de quinhentos, já contratou este ano mais de quinhentos servidores, entre os de contratação temporária. Então, já geramos, só no Instituto de Defesa, emprego para mais de quinhentas famílias, objetivando manter esses dados sanitários que temos em Mato Grosso, inclusive melhorando.

Nós estamos fazendo um trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Rural de articulação institucional, objetivando fazer uma integração entre o INDEA, o INTERMAT e a EMPAER, principalmente nas suas ações no interior do Estado, com o objetivo primeiro de melhor atender o produtor rural. O produtor rural, às vezes... Hoje, nós temos unidades do INDEA que estão distantes da EMPAER, por exemplo, cerca de dez quilômetros em determinados municípios maiores, ou cinco quilômetros de outros municípios, ou dois quilômetros de outro e o produtor precisa de uma entidade e da outra. Então, nós queremos levar o INDEA, a EMPAER e o INTERMAT onde estiver interiorizado. Isso já extrapolou também para outras Secretarias, a exemplo da própria Secretaria de Fazenda em alguns municípios, com suas exatorias; a Secretaria de Meio Ambiente, onde ela está interiorizada, para que possamos estar embaixo do mesmo teto. Isso vai melhorar o nosso atendimento ao nosso público alvo, ao produtor rural. Isso vai otimizar recursos humanos e recursos financeiros. Então, damos uma visão mais articulada do Estado no sentido de economizar recursos financeiros e humanos, fazendo um melhor atendimento ao público e também fazendo um melhor planejamento.

Hoje temos algumas situações, numa época de recursos parcos como estamos, em que vai um técnico da EMPAER faz uma vistoria em um determinado assentamento e muitas vezes

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

se encontra na estrada com um técnico do INDEA que está indo para aquele assentamento que o outro está voltando. Então, nós temos que fazer o planejamento integrado, para que um possa estar cobrindo a atividade do outro. O trabalho está caminhando numa velocidade boa, logicamente que são culturas diferentes, atividades diferentes, mas queremos crer que até o final do ano que vem estaremos totalmente integrados nas atividades desses órgãos.

Eu gostaria de convidar o Presidente da EMPAER, Aréssio Paquer, para fazer seu pronunciamento.

O SR. ARÉSSIO PAQUER— Bom-dia, Srs. Deputados, Sr<sup>a</sup> Deputada, autoridades da Mesa, senhoras e senhores.

Eu gostaria, antes de descerrar informações sobre a EMPAER, de dizer que o cenário que estamos trabalhando na EMPAER é um cenário de recuperação. Nós tivemos neste ano, dentro de um orçamento de 22 milhões de reais, só de pagamento de dívidas trabalhistas, quase 03 milhões de reais da Fonte 100, nenhum recurso de outras fontes dentro da EMPAER.

Dentro desse trabalho, na área de manutenção dos trabalhos da empresa, tivemos 1/3 de recursos da Fonte 100, 2/3 de recursos próprios, da própria atividade que gera algumas coisas de recursos próprios. Tivemos muito pouco recurso, em torno de cem mil reais, de convênios com prefeituras. Eu gostaria de ressaltar aqui que nós não tivemos nenhum recurso oriundo da esfera federal.

Srs. Deputados, estamos trabalhando, inclusive, amanhã, estaremos em Brasília, onde este ano conseguimos mais uma emenda parlamentar, que já tinha do ano passado, que já foi liberada, de cento e cinquenta milhões em nível de Brasil. Essa emenda veio para trinta e cinco, vinte e quatro e, finalmente, ela não está sendo liberada para assistência técnica. E são constitucionais os recursos, a obrigação de assistência técnica ao produtor rural que é feita pelos três níveis da federação, e o Governo Federal este ano não alocou nenhum centavo para Mato Grosso.

Quanto ao nosso trabalho, que eu diria, tradicional com o INCRA, em termos de orçamento, de convênios, que estavam previstos dois milhões e meio, nós não fizemos. Não houve nenhum convênio com o INCRA e nós tivemos ainda que bancar um convênio de trezentos mil reais que nós executamos para o INCRA, e não fomos pagos por isso. Essa dificuldade também advém de um problema do ano anterior de um convênio que ainda não estão devidamente comprovadas as suas ações, mas nós estamos trabalhando.

As ações da EMPAER, eu gostaria de dizer aos senhores que nós estamos trabalhando com duas visões. Uma, da recuperação da empresa, através de aplicação de recurso. O maior recurso que foi aplicado na capacitação dos nossos técnicos, que estavam alguns há doze anos sem capacitação... Isso é um recurso que precisa advir principalmente do Estado, porque nas verbas federais tem pouco recurso para capacitação de técnicos, mas nós conseguimos aplicar 10%. De todo o nosso custeio, nós aplicamos na capacitação dos nossos técnicos. E aplicamos uma boa parte desse recurso nos novos técnicos que ocuparam cargos comissionados no interior do Estado, técnicos novos na atividade. Quero ser honesto com os senhores, sem muito resultado. Eram pessoas que não estavam na área de atuação da assistência técnica, que além de ser uma área específica precisa logicamente de um treinamento de longo prazo.

As ações desenvolvidas pela EMPAER este ano, nós temos basicamente vinte e nove, quase trinta mil pequenos agricultores assistidos desses vinte e um mil assentados e oito mil e poucos tradicionais. Esses agricultores quando nós consideramos assistidos é porque nós tivemos um trabalho de assistência técnica e planejamento de suas propriedades, não é apenas uma visita. Se nós formos considerar visitas e atendimentos, nós poderemos dizer que nós atendemos praticamente

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

todos os assentados e uma boa parte dos tradicionais, mas nós só consideramos agricultores assistidos aqueles que têm um trabalho de planejamento.

Nós temos dentro desse público, o público familiar, com uma área de cento e sessenta e sete mil hectares atendidos. Desses agricultores atendidos, nós atendemos, só na área de crédito rural, oito mil famílias. Isso representa 50% daquilo que era previsto para este ano. Todos esses dados que estou passando para os senhores são dados de agosto. Nós não compilamos ainda os dados do quinto bimestre. São dados de agosto. Nesses últimos meses do ano, esses números vão ser bastante modificados, porque nesse ano todas essas ações, desde o planejamento, a reorganização, a entrada de governos novos atrasaram muito as atividades na agricultura familiar em todos os sentidos. Então, esses agricultores atendidos, mesmo sendo 50% daquilo que nós previmos até agora e mais algo que estamos fazendo agora até o mês de dezembro, os recursos ainda não vão ser suficientes para atender todos.

Então, este ano foi trabalhado com muito pouco recurso disponível, o que vai mudar sensivelmente no ano que vem. Eu acho que até foi adequado, porque se tivesse muito recurso também não teria sido aplicado ou teria sido aplicado na ótica que vem sendo feito, não atendendo às exigências de desenvolvimento dessas pequenas famílias.

Nós trabalhamos também com 131 projetos PADIC, que são esses projetos que estavam sendo implantados, uma boa parte ainda sem aplicação dos recursos ou sem o seu funcionamento. Nesse sentido, essa área precisa de um trabalho a longo prazo. Esses projetos foram alocados em regiões onde não têm projetos de produção ou vice-versa. Mas nós já estamos aproveitando vários deles de forma muito produtiva e acreditamos neste ano, agora, havendo até necessidade de deslocar até alguns projetos, nós vamos ter um bom resultado em cima dessas aplicações de PADIC.

Agora, nós temos um objetivo exclusivo de trabalhar com a pequena propriedade familiar, mas fora da propriedade familiar, pequenas propriedades, nós temos muita gente. Às vezes, o cidadão tem um funcionário, um parente que mora com ele, uma pessoa que presta um serviço, que já não é mais propriedade familiar. Então, nós temos muitos pequenos produtores e temos alguns médios produtores que são tradicionais, clientes da EMPAER, que nem aceitam ser atendidos por outro. Mas são coisas muito pequenas, só que quando nós vamos falar que atendemos cento e sessenta e sete mil hectares de pequenos agricultores e atendemos quinhentos e três de pequenos agricultores não familiares, aparentemente, é uma coisa que destoa. Mas nós temos que fazer de uma forma, às vezes, até para integrar esse público. Eu diria que é muito produtivo isso aí para a sociedade.

Nós estamos fazendo um trabalho, se fosse colocar números aqui, é um trabalho que tem aumento de 267% porque pouco foi feito na área de microbacias. Eu acho que esse trabalho muito interessa a Mato Grosso, porque é uma nova ótica de trabalho, não só apoio à pequena propriedade, mas a todas as propriedades de uma microbacia. Nós estamos trabalhando em 11 microbacias. A Bacia do Pantanal, que é na região de Jaciara/Rondonópolis, do Alto Araguaia, que são dois projetos distintos. Estamos trabalhando em 11 microbacias, algumas no interior, de iniciativa dos próprios produtores.

Nós também atendemos duas mil cento e quarenta famílias envolvidas na agroindústria, especificamente indústrias novas. Foram trinta pequenas agroindústrias, e, no todo, duas mil cento e quarenta famílias foram atendidas nesse trabalho.

Grupo de produtores, que é a nossa filosofia hoje, que eu gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados, nós atendemos mil quinhentos e sessenta e um grupos de produtores. Quando nós falamos grupo é porque não foram atendimentos individuais. O atendimento individual,



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

às vezes, pode até parecer inadequado, mas nós estamos procurando não fazê-lo, porque a forma de atendimento individual não resolve a pequena propriedade, ela tem que ser coletiva, cooperativa, integrada e verticalizada para assinar alguns resultados.

Nesse sentido também, nós estamos fazendo um trabalho muito direcionado à mulher rural. E aqui eu gostaria de dizer que o trabalho da mulher rural ele tem a maior importância organizacional hoje dentro do trabalho de assistência técnica e extensão rural, principalmente nas áreas assentadas. Nós estamos fazendo um trabalho primeiro com as mulheres, até nos acampamentos, porque nós temos a nossa metodologia e o resultado mostra que é a mulher que vai dar sustentação de longo prazo ao assentamento das famílias. Onde não se consegue envolver a mulher nesse trabalho, muitas vezes, a família sai de um assentamento para ir para outro, para buscar novos assentamentos, novos benefícios e, logicamente, isso aí cria problema para o Governo e para essas famílias. Agora, onde a mulher está bem orientada, bem capacitada, ela segura a família no local, mesmo quando o companheiro, o marido dela abandona aquele assentamento.

Em termos de capacitação, nós fizemos um trabalho que eu considero um trabalho que deu e está dando condições para no próximo ano termos muito resultado, principalmente na pequena agroindústria familiar, que aí é novamente a mulher rural nas pequenas comunidades. Nós fizemos duzentos e sessenta e dois cursos de capacitação específicos dentro de projetos já orientados. Eu queria chamar atenção que muitas vezes, por exemplo, na própria cidade, se faz alguma capacitação de pessoas que vêm de diversas regiões. Essa capacitação é feita dentro de projetos onde há um planejamento direcionado para uma indústria, para uma produção e assim por diante. Nessas capacitações, nós tivemos nove mil e quinhentas famílias capacitadas. Isso significa quatrocentos e quinze por cento do que foi feito anteriormente.

Nós fizemos também o planejamento participativo de localidades de forma sustentável em dezesseis assentamentos. Esse planejamento, em algumas áreas, é um PDA - Planejamento do Desenvolvimento do Assentamento. Nesses casos aqui nós fazemos em comunidades, onde nós organizamos as pessoas para elas decidirem. Às vezes, nesses casos, sem o atendimento ainda de interesse de financiamento para elas se planejarem para frente.

Ainda gostaria de passar aos senhores que na questão da pesquisa e fomento, nós estamos investindo agora num laboratório de inseticida biológico, especificamente para cigarrinha de pastagem e produção de metarrizo. Vamos também produzir outros fungos, principalmente para atender as demandas que nós sabemos que vão acontecer já no ano que vem para a Baixada Cuiabana, num primeiro momento para a cultura da mandioca, porque quando se aumenta a produção concentrada, normalmente dá muita lagarta. E nós queremos fazer esse projeto aqui na Baixada Cuiabana, não deixar os nossos clientes usarem inseticidas químicos. Então, nós vamos produzir fungos, para que eles possam utilizar apenas inseticidas biológicos na cultura da mandioca. É um *handicap* interessante até para o comércio. Apesar de que ninguém vai pagar mais do que isso. Mas isso a longo prazo, e isso sendo implantado desde o começo, nós temos certeza de que mais tarde vai ser um diferencial.

Nós estamos iniciando a produção já com seis mil e seiscentos quilos desses fungos, e estamos prevendo, para o ano que vem, mais de cento e cinquenta toneladas para distribuição aqui no Estado. E nós estamos vendo que nós vamos precisar implantar pelo menos mais três laboratórios no Estado, porque nós sabemos que o problema é muito sério.

Nós conseguimos, só neste ano, sete mil análises laboratoriais aqui em Várzea Grande, o que consideramos um número muito pequeno, porque nós já temos outros laboratórios no Estado, inclusive estamos fazendo uma análise crítica do resultado desses laboratórios da forma como eles estão implantados aqui.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

Nós produzimos aí vinte mil mudas infrutíferas, algumas doadas, outras vendidas. Nós vendemos, também, só para pequena propriedade, não vendemos para intermediários nenhuma dessas mudas. Nós fizemos vinte e cinco mil mudas florestais, muitas delas já distribuídas para Prefeituras, para entidades, e cento e dezoito mil mudas nativas, que uma boa parte dessas são do projeto aqui da bacia do rio Cuiabá, estando a maioria delas já implantadas, mas nós temos, ainda nós temos estoque.

Conseguimos fazer também quinhentos e cinquenta mil alevinos para pequena propriedade, e cento e cinquenta matrizes de reprodutores finos também para a pequena propriedade.

E estamos implantando pelo primeiro ano vinte e cinco hectares de produção de sementes num caso para recuperação de solo de soja, de arroz e milho, exatamente para distribuir para pequenos produtores.

Estamos iniciando, também, a produção de mudas de abacaxi, num primeiro momento, de quinhentas mil mudas para multiplicação e atendimento ao Projeto Abacaxi de Tangará da Serra. Já produzimos e estamos distribuindo, também, trinta e cinco mil mudas de caju, que estão sendo repostas em um projeto de caju, que foi implantado na Baixada Cuiabana. Infelizmente, as mudas chegaram nos meses de abril e maio e as pessoas perderam. Nós estamos repondo esse projeto e estamos repondo, também, a tecnologia. Ao invés de deixarmos as pessoas venderem a semente do caju para empresas, nós vamos fazer uma indústria própria.

Eu gostaria, finalmente, de dizer aos senhores - eu não vim preparado com cópias, mas vou deixar uma cópia ao Presidente do que colocamos aqui - que o trabalho que nós consideramos como sendo o mais importante da EMPAER este ano foi um projeto metodológico chamado Vida Nova, que remetemos uma cópia aos Srs. Deputados e às autoridades. Esse projeto está sendo discutido em nível nacional. Inclusive, agora, dia 09 de dezembro estaremos em Brasília apresentando esse projeto a todas as empresas de assistência técnica do País, por recomendação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que considera um projeto que deve ser aplicado em todos os casos, principalmente de assentamento. É um projeto muito simples.

Se os senhores derem uma olhada no projeto metodológico, ele diz três coisas muito importantes que eu gostaria de repetir aos Srs. Deputados e às autoridades presentes: não vamos conseguir nenhum resultado econômico da pequena propriedade se, primeiro, não resolvermos a auto-sustentação, o alimentar dessas famílias, porque se fazemos alguma coisa econômica e precisamos comprar comida no supermercado, esse resultado econômico desaparece. Quando nós implantarmos a subsistência alimentar e fizermos um projeto econômico, sobrá dinheiro. E nós achamos que temos um terceiro pilar que tem que ser feito que é a autogestão dessas famílias. Não podemos deixar em um Estado, ou em um país, ou no mundo, hoje, globalizado, as pessoas dependerem da assistência técnica do Estado pela vida inteira. Nós temos que treiná-las para sua autogestão e, dessa forma, darmos liberdade para escolherem o melhor planejamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Sr. Aréssio Paquer.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Eu gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - O senhor disse que o Governo Federal não fez nenhuma contrapartida em relação à EMPAER, mas eu gostaria de saber em relação ao PRONAF, quanto foi liberado esse ano? O senhor tem esses valores? Ou não foi liberado nada?

O SR. ARÉSSIO PAQUER - O PRONAF está bastante atrasado nas suas deliberações. Em todos os projetos do PRONAF há, hoje, um componente de assistência técnica.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

São quinze mil, mil e quinhentos para a assistência técnica por quatro anos. Esse componente vem não para o Estado, mas para qualquer empresa.

Hoje, a EMPAER só presta assistência a um grupo quando esse grupo entende que tem que ser EMPAER. Mas podem ser outras empresas quaisquer que estão dando assistência, inclusive esse também é um caso problemático. Está acontecendo um desvio, eu diria, não de comportamento, mas de competição que vai dar um resultado ruim logo a seguir, porque, nesse momento, de treze mil e quinhentos, mil e quinhentos reais de assistência técnica, aparentemente é bastante e é um bom dinheiro para dar assistência técnica, apareceram muitas empresas e elas não estão capacitadas para atender a pequena propriedade.

Então, nesse sentido, o Governo Federal coloca esse componente de assistência técnica, mas no sentido de aplicar diretamente nas empresas de assistência técnica, no Brasil, é aplicação do Governo Federal. No Brasil, é praticamente zero. Enquanto, em outras épocas, chegou-se a oitenta e quatro por cento.

Então, há uma ...

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Mas esses mil e quinhentos é atual?

Ele é regra nova ou já existia anteriormente?

O SR. ARÉSSIO PAQUER - Anteriormente era mil reais por família.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Era para empresa ou era para EMPAER?

O SR. ARÉSSIO PAQUER - Era para qualquer empresa.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Então, não mudou. Ampliou para mil e quinhentos, mas continua a mesma regra.

O SR. ARÉSSIO PAQUER - Só aumentou. Melhorou.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Eu acho que temos que mudar.

Gostaria de saber quando foi disponibilizado para o PRONAF este ano para Mato Grosso.

O SR. HOMERO ALVES PEREIRA - Posso responder.

O SR. ARÉSSIO PAQUER - O Deputado pode falar em números globais, porque competimos ou participamos com todas as empresas. Na participação disso, a EMPAER vai participar com metade desse trabalho dos PRONAFs.

O SR. HOMERO ALVES PEREIRA - Deputada Verinha Araújo, apenas para contribuir.

Nós deveremos aplicar este ano em torno de sessenta milhões de reais do PRONAF A, que deve atender em torno de cinco mil famílias. Nas linhas "C" e "C", devemos aplicar em torno de doze milhões de reais, que deve atender algo em torno de três mil famílias.

Eu quero dizer que, nos últimos dias, tem chegado muitos projetos do PRONAF. E no PRONAF infra-estrutura, foi disponibilizado para Mato Grosso um milhão, trezentos e cinquenta. E nós, através do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, já alocamos para vinte e quatro municípios para atender principalmente projetos que objetivam agregar valor à produção. Por exemplo, na região sul do Estado foi aprovado um projeto para resfriadores de leite, na região de Juscimeira, Jaciara, foi aprovado projetos de casa de mel, foi aprovado projetos lá para a região norte do Estado, onde têm muitos laticínios, também trabalhando de forma ociosa. Então, estamos solicitando para o próximo ano pelo menos 5 milhões para o PRONAF infra-estrutura, mas este ano vieram 01 milhão, 350 mil. Esses são os números do PRONAF até agora.

Nós vamos aplicar menos do que foi aplicado no ano passado, Deputada, no ano passado foi aplicado algo em torno de 120 milhões, porém, terá muito mais qualidade. A nossa preocupação... Como é um recurso do Governo Federal que é feita gestão pelo Estado, adotamos

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

uma estratégia de compartilhar a responsabilidade com os municípios, através dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentado, do Conselho Estadual, onde têm várias instituições que aprovamos. Então, estamos muito preocupados com a qualidade, porque nós sabemos, e já está detectado que houve muitas coisas encaminhadas para o Ministério Público, muitas distorções na aplicação do PRONAF, tal qual ele foi concebido nos anos anteriores. Então, não estamos muito preocupados com a quantidade. Mesmo que aplique menos, mas que esse recurso efetivamente possa chegar na mão do pequeno agricultor, do agricultor familiar, do assentamento e assim por diante.

Sr. Presidente, era essa a nossa participação da Pasta do Desenvolvimento Rural e estamos à disposição, tanto os Presidentes das nossas empresas vinculadas, como o nosso Secretário-Adjunto de Agricultura Familiar, Sr. Gilson, que também está aqui para o momento dos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Sr. Secretário.

Com a palavra, o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Magalhães.

(O SR. YÊNES MAGALHÃES CONVERSA COM O SR. PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Positivo.

Com a palavra, o Sr. Paulo, da FEMA, que dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO - Bom-dia a todos os presentes, Srs. Secretários, Srs. Deputados.

Nós fomos incumbidos, há umas duas horas, pelo Secretário, que não pôde comparecer por motivo de força maior, a apresentar a proposta do Plano Plurianual da FEMA para os próximos quatro anos de Governo.

Nós vamos relatar sobre a questão orçamentária, que é no valor aproximado de 37 milhões para o próximo ano, de 2004.

Os programas da FEMA foram gerados em cima problemas específicos apontados em discussões realizadas para a elaboração do PPA, juntamente com a demanda dos fóruns realizados. Nós tivemos esses problemas apontados e seus projetos alocados dentro de cada programa. Então, uma totalização de onze programas gerados e criados pela FEMA em conjunto com as demais Secretarias.

Nós temos o primeiro programa que é o programa de controle de atividades poluidoras. Esse programa visa diretamente à descentralização das ações da FEMA, geradas diretamente pelo trabalho industrial, apontado e levantado por essas indústrias do interior e outras atividades geradoras de poluição que serão controladas através desse programa.

Temos um outro programa que é a gestão da biodiversidade. Esse programa visa diretamente à implementação e implantação de infra-estrutura nas unidades de conservação do Estado, juntamente com a regularização dessas unidades de conservação, que foi um grande problema apontado durante todas essas discussões para elaboração do programa.

Temos também o programa de recursos hídricos que visa diretamente a estar abordando e trabalhando a formação de comitês de microbacias e bacias dentro do Estado de Mato Grosso.

A gestão de áreas degradadas também, com identificação e fomento da recuperação, foi bem abordada, porque não foi diretamente voltado só para o investimento do Estado na recuperação dessas áreas degradadas. Juntamente com outras Secretarias, será um fomentador para que as comunidades envolvam, voltem e consigam recuperar essas áreas que estão em processo de degradação ou já estão degradadas, controlando essas áreas que já também poderão ser recuperadas ou então elas terão que somente controlar esse trabalho.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

A gestão de educação ambiental já foi um programa específico. Ela não é só de responsabilidade da FEMA. Ela tem também a SEDUC juntamente com esse apontamento. Foram levantadas várias áreas que poderiam ser trabalhadas com enfoque na implantação e fortalecimento dos GTs criados no município. Então, já começando, em 2004, esse fortalecimento do GTs no município com implementação também de campanhas, não só dentro dos municípios, mas tocando principalmente as bacias onde serão gerados esses comitês, que teremos o apontamento de campanhas, dentro desses comitês de bacias formadas com a operacionalização desses GT's em cada município que foi criado. Ou então, o total de 30 GTs até o final de 2004. Queremos terminar o ano com o total, queremos dobrar esse número para 60 municípios.

O principal, digamos assim, do programa que foi desenvolvido pela FEMA foi o Programa de Gestão de Fauna e Flora. Ele tem como específico de suas atribuições o uso ordenado dos recursos da fauna e flora e também a diminuição dos focos de calor e desmatamento, que é um grande problema apontado dentro desse programa.

Um programa novo que foi criado também é o Programa de Gestão de Resíduo Sólido, onde, em vários municípios, foram feitos levantamentos que têm esse problema de não terem usinas de triagem ou de destinação final desses resíduos gerados. Então, o Estado, no primeiro instante, vai trabalhar para a implantação da destinação desse resíduo sólido. Num segundo instante entramos também com outro trabalho com outra Secretaria, que é a Secretaria de Trabalho, gerando um trabalho para gerar também rendas. E será mais um trabalho voltado para a área social. Primeiro, a capacitação, depois, a geração de renda nesses municípios, onde será trabalhada a questão dos resíduos sólidos.

Temos outros programas que a FEMA entra diretamente com o projeto, que é o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, na região do Araguaia, em parceria com a SEDTUR.

Dentro da capacitação e gestão dos recursos do Estado também temos a formação e capacitação de formadores nos municípios. Esse programa é um trabalho conjunto com a educação ambiental.

E temos o Programa de Apoio Administrativo, que é um trabalho do Estado, onde a FEMA trabalha toda sua modernização.

A principal ação que foi desenvolvida na elaboração do Plano Plurianual foi a integração dos órgãos que não é somente a FEMA que está trazendo, apontando os problemas. Foram todos os órgãos, ouvindo, trazendo material dos pólos regionais que foram apontados pela sociedade. E dentro desses levantamentos, foram criados programas para atingir diretamente os problemas levantados durante os fóruns de discussões do PPA.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Agradecemos o Sr. Paulo.

Com a palavra, o último palestrante, o Secretário Yênes Magalhães.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Srs. Deputados, eu pedi para o Sr. Paulo apresentar aqui, para darmos uma complementada na questão do orçamento da FEMA.

Então, nós temos a parte que... Na verdade, o Orçamento, Deputados, foi colocado como contrapartida, Deputada Verinha Araújo, ao Projeto Pantanal, porque depois de muita discussão, há muitos anos vem se discutindo a questão do Projeto Pantanal, o Governo Lula entendeu a sua necessidade. Como ele já havia encaminhado o projeto do Governo Federal para o Congresso, ele solicitou ao Governador Blairo Maggi, ao Governador Zeca do PT, que fizessem uma interlocução junto a Bancada, e foi apresentada uma emenda de Bancada para o Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, a previsão para a primeira etapa do projeto, foi feita toda

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

uma reformatação, seria na ordem de cem milhões de dólares, cinquenta milhões de dólares para cada Estado.

Já foi colocada uma emenda dos Deputados, foram colocados os cem milhões de dólares no PPA, transformados, automaticamente, em reais. Para o orçamento do ano que vem, também foram colocadas emendas da Bancada Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, garantindo quinze milhões para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Já é um grande avanço, porque há mais de seis anos que se fala no Projeto Pantanal, o próprio Governo sentiu essa necessidade e pediu a parceria dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Então, o orçamento colocado para a FEMA é uma contrapartida fora da bacia do Pantanal, lógico que há todo um desenvolvimento em cima desse projeto. Mas em cima do Projeto Pantanal, a bacia do Pantanal, vai ser desenvolvida como contrapartida. Então, nós estamos muito esperançosos de que, realmente, a coisa vai sair agora, esse projeto vai desencadear, tanto que a sua reformatação está sendo concluída agora e será objeto de discussão ainda neste mês de dezembro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Governo Federal/Ministério do Meio Ambiente.

Eu quero também, Deputado Mauro Savi, que o Dr. Homero Pereira, nosso Secretário de Agricultura, apesar do avançado da hora, falasse rapidamente sobre essa demanda que o Estado está tendo, hoje, com relação ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Integração, ao Ministério da Agricultura, na questão de Terra Nova, de Vila Rica, que vai ocorrer agora dia 05, 06 e 07 e, também, na questão dos agropólos que estão sendo desenvolvidos, da qual o senhor é coordenador. Eu acho importante ser colocado isso para que os Deputados e todos os presentes possam ter conhecimento das ações que estão sendo projetadas, principalmente para o ano que vem.

O SR. HOMERO PEREIRA - Boa lembrança, Secretário Yênes Magalhães.

Este ano, para efeito de captação de recursos para o ano que vem, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi passada uma estratégia, através da Secretaria de Divisão Territorial, de que nós devemos eleger, em Mato Grosso, três territórios.

É a estratégia da Secretaria de Divisão Territorial para aplicar políticas públicas numa visão de territórios, e nós já elegemos três territórios que foram aprovados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Um é o território chamado Portal da Amazônica, que compõe dezesseis municípios lá do Nortão do Estado: Apiacás, Paranaíta, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Novo Mundo, Nova Canaã, Colíder, Peixoto de Azevedo, enfim, todos aqueles municípios, são dezesseis municípios da região do extremo norte do Estado que compõem o território Portal da Amazônia. O outro território aprovado é o território da Baixada Cuiabana, que compõe todos esses municípios aqui já conhecidos por vocês da Baixada Cuiabana. E o terceiro e último é o território do Baixo Araguaia, que é para onde estamos indo, agora, na próxima sexta-feira, onde o Ministério do Meio Ambiente estará promovendo uma ação, através de um programa federal chamado Programa Gestar, para se discutir alternativas e rumos de desenvolvimento econômico da região e assim por diante. Foram a princípio esses três territórios.

No próximo ano estarão liberados, para implantação no Estado, mais três territórios, mas nós queremos fazer isso de forma ordenada, com aquilo que foi previsto no diagnóstico levantado pelo Zoneamento Socioeconômico-ecológico do ponto de vista da regionalização do Estado. Nós temos essa estratégia que nós estamos trazendo, que foi aplicada com sucesso em alguns Estados do Brasil, a exemplo do Paraná, da Bahia e do Ceará, que é uma metodologia de desenvolvimento regional chamada agropolo, para a qual contratamos um consultor do Paraná que está nos dando suporte para que possamos implementar essas ações metodológicas de desenvolvimento dos agropolos que, em tese, coincidem com a regionalização dos territórios, com a

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

regionalização administrativa do Estado, através do Zoneamento e também com as regionais operacionais que nós temos, tanto do INDEA, como da EMPAER, e assim por diante.

Nós queremos ver se coincidem todas essas regiões, para que nós possamos fazer políticas públicas e não desperdiçarmos esforços, para focarmos em determinadas regiões.

Nós estamos fazendo esse trabalho em articulação com as políticas do Governo Federal, porque o Governo Federal, a exemplo dessa ação agora do Ministério do Meio Ambiente, nós temos que estar muito antenados para juntar esses esforços, Deputada Verinha Araújo.

Ainda ontem, ou anteontem, falei com o Secretário Gilney Viana, que estará lá em Vila Rica, para que nós possamos efetivamente estar buscando os interesses comuns que tem, logicamente que nós sabemos, do avanço que está acontecendo, por exemplo, da cultura da soja naquela região. Mas ela está vindo de uma vertente que coaduna com a questão ambiental, porque ela está vindo na vertente de recuperação de pastagens degradadas. Na região do Vale do Araguaia, do Vale do Xingu está se fazendo uma conversão de pastagens degradadas da cultura da soja, que é perfeitamente saudável para o meio ambiente, porque aí entra políticas de recuperação do solo, de conservação do solo, de curvas de nível, enfim, uma série de questões assim.

Então, nós estamos fazendo em articulação com o Governo Federal, para que ele possa implantar aqui as políticas em nível federal e que estejam muito bem articuladas com o que nós estamos fazendo aqui no Estado. Muito obrigado.

Deputado Mauro Savi, gostaria de informar que acaba de chegar a Secretária Adjunta de Turismo, fechando as quatro Secretarias que foram convocadas.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Jaqueline.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, enquanto a Sr<sup>a</sup> Jaqueline se organiza, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário de Desenvolvimento Rural.

Secretário, eu anotei aqui, por exemplo, em relação - acho que o Jair Mariano já saiu, não sei se o senhor pode estar respondendo -, mas eu tinha anotado aqui, por exemplo, a infra-estrutura urbana no INTERMAT que tem recursos consideráveis. Então, tem essa subfunção aqui: infra-estrutura urbana - R\$2.251.000,00; reforma agrária - R\$3.391.000,00; colonização - R\$1.384.000,00; aí vem o Programa Cidade Cidadã, que deve ser esse ligado à infra-estrutura urbana; e o Programa Nossa Terra, Nossa Gente.

Então, eu vi que o Sr. Jair Mariano colocou que foi realizado. E ao realizar com esse recurso para 2004, o que estão pensando?

O SR. HOMERO PEREIRA - Foi aquilo que ele disse no... Como tinha adiantado sua ocupação na tribuna, ele disse que o INTERMAT sente-se aquinhoado com os recursos previstos para desenvolver as ações no ano de 2004. É isso que está no Orçamento de 2004, até porque dentro da ótica do Ministério das Cidades, da ótica da participação juntamente com o INCRA e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, quem sabe esses recursos que aqui estão previstos possam servir, exatamente, de contrapartida para aquilo que o Governo Federal pretende implantar através desses Ministérios. Na área urbana, o Ministério das Cidades, e, na área rural, o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Uma outra questão é que na Secretaria de Transportes há uma subfunção interessante, que é a construção de habitações rurais e infra-estrutura. O senhor tinha citado anteriormente para as estradas, assentamentos e habitação rural o valor de treze milhões de reais. Ou seja, de um total de trezentos dez milhões, treze milhões de reais.

Eu queria saber se é a contrapartida da Secretaria de Transportes com relação à situação. Porque os nossos assentamentos, na verdade, precisam de acesso. Como o senhor citou, a água é o maior problema. Quando nós estivemos lá com o Governador, naquela audiência com o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

INCRA, eu falei: Governador, será que não seria mais fácil comprar uma máquina de perfurar poços, porque ficará mais fácil para atendermos a demanda, que hoje o Estado tem? Nossos assentamentos na Baixada têm problemas de água seriíssimos. Em outras regiões... Nós sabemos que na região de Poconé. Eu não sei em Cáceres como está, em Nossa Senhora do Livramento. Pelo que eu ouvi com relação a recursos - eu até tinha anotado, mas são tantos papéis -, tem uma previsão.

O SR. HOMERO PEREIRA - Vossa Excelência, realmente, tem razão. Nós estamos nos articulando com o Secretário Luiz Pagot. Realmente, aquela parte que está prevista é para servir de contrapartida. Por exemplo, esse trabalho feito, agora, com INCRA, esse convênio, o Secretário Luiz Pagot está colocando contrapartida, recuperando estradas, etc.

Essa questão que Vossa Excelência levanta, como a demanda para poços artesianos, é realmente muito grande. O Secretário Luiz Pagot está, inclusive, pensando na possibilidade de, através de recursos do FETHAB, ou coisa parecida, comprar equipamentos, não basta um equipamento só, comprar equipamentos... Estamos articulando uma negociação com o 9º BEC, porque o problema não é comprar equipamento, o problema é você operar depois esse equipamento, é manutenção, etc. Quem sabe disponibilizar isso para o 9º BEC para que possamos ter aí patrulhas de perfurações de poços artesianos pelo Estado, contemplando as mais diversas regiões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Sr. Secretário.

Devido ao adiantado da hora, temos agora a Srª Jaqueline Reis, Secretária Adjunta da Secretaria de Turismo, que dispõe de cinco minutos.

A SRª JAQUELINE REIS - Bom, eu vou tentar ser mais sucinta possível.

Bom-dia! Obrigada pela participação.

A Secretaria de Desenvolvimento do Turismo está fazendo um trabalho. Estamos aqui agradecendo os Deputado pela reestruturação da Secretaria, pelos novos cargos criados.

Nós passamos um ano em termos de preparação da Secretaria. Fizemos a política estadual do turismo, que vai vigorar durante dez anos, com a participação do *trade* turístico, a sociedade organizada, os Bancos, as outras secretarias. Essa política contempla a infra-estrutura do Estado, macrodesenvolvimento, estradas, e a básica também, em parceria com os municípios, contempla também a questão da capacitação de recursos humanos, a questão dos investimentos, captação de investidores para o Estado. Também procuramos na Secretaria de Turismo fazer um banco de dados, conhecer o perfil do Estado de Mato Grosso.

No desenvolvimento do turismo, não adianta ter um potencial fantástico, se não tiver empreendedores. O Estado de Mato Grosso ainda tem, na minha opinião, poucos empreendedores na área. Solicitam muito que se faça uma comercialização do produto Mato Grosso, do potencial. É fácil fazer essa comercialização, só que se nós fazemos, os turistas vêm. Para você ter idéia, você faz uma comercialização na Europa, na Alemanha especificamente, se trouxermos um grupo alemão, cem, cento e cinquenta turistas, eles têm a preferência de ficar em um só local. Não dá certo, porque temos que separá-los. Na Transpantaneira, vamos ter que deixar dez, quinze, um, em cada hotel.

Então, nós passamos um ano incentivando a questão do empreendedorismo, da capacitação, da criação de regimento para o desenvolvimento do turismo no Estado, a questão do aumento. Mato Grosso tem a melhor taxa de ocupação hoteleira do Brasil, especificamente Cuiabá. Por quê? Porque o número de hotéis é pouco e estamos atraindo investimentos de hotelaria e restaurantes. A questão restaurante já é o elo forte da cadeia de turismo de Mato Grosso, parceria



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

com as universidades para estar incentivando a questão dos empreendedores - eu vou falar bastante em cima de empreendedores.

Deixe-me ver outro trabalho que estamos fazendo: a política, a questão de investimento, quais linhas de créditos... Estivemos ontem vendo quais são os incentivos fiscais que vamos oferecer. E alguns indicadores - estamos trabalhando em termos de indicadores... Nós recebemos, no ano de 2002, 418.225 turistas, quase nada em comparação com o Paraná, que eu peguei um dos Estados que não... Em relação ao Nordeste e Sul, que recebem 5 milhões de turistas ao ano, então, queremos aumentar o número de turistas.

Eu não sei se tem alguma pergunta.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Nós aprovamos há alguns dias aqui na Assembléia a nova estrutura da Secretaria Estadual de Turismo. Eu votei a favor e defendi. Tínhamos colegas contrários, porque geraria mais recursos e eu defendi.

Mas eu tenho uma pergunta, Jaqueline. Por que o recurso da Secretaria diminuiu do ano passado para cá em torno de 42%, diminuiu no orçamento? Eu não sei qual foi de fato a aplicação deste ano - deixe-me olhar aqui, eu tenho o dado - da execução orçamentária até agosto. Turismo, não está... Nós temos Cultura... Mas execução orçamentária do Turismo, porque o apensado para 2003 - deixe-me achar o quadro aqui - foi de 03 milhões 852 mil e para 2004 é de 02 milhões 204 mil. Praticamente diminui mais de um milhão de reais. Então, eu pergunto a você se esse planejamento novo, com essas metas, se esse recurso é suficiente, porque a redução é de 42%. E eu até fiz uma questão aqui na Assembléia no dia que votamos a nova estrutura, porque eu acho contraditório ter uma nova estrutura na Secretaria, se diminuem os recursos. Então, até que ponto realmente o turismo vai ter todo o incentivo, vai ser uma política de Governo mesmo, já que ele gera empregos, gera desenvolvimento e você mesmo citou. Então, me preocupa. Agora vou perguntar para o Secretário Yênes Magalhães, porque não tem jeito. O Secretário Yênes Magalhães é o que fica recebendo aqui as nossas perguntas.

Então, assim como o desenvolvimento rural também, Secretário, o acréscimo que foi apenas de 9%, mas em termos proporcionais a 2003, foi de 13% em termos proporcionais, a queda do orçamento. Então, essa é uma preocupação nossa.

A SR<sup>a</sup> JAQUELINE REIS - O nosso orçamento foi embasado no orçamento do ano passado. É uma base. E realmente é pouco. Nós vamos trabalhar com parceria para desenvolvimento de todo o nosso projeto.

Para vocês terem idéia, no Governo passado, eles desenvolviam quatro projetos federais, nenhum mais. Nós criamos, nos quatro anos, vinte e um projetos, onde eles vão contemplar desde infra-estrutura, capacitação. Como nós vamos desenvolver isso? Com parceira. E realmente o recurso é muito pouco, mas ele está embasado no nosso orçamento do Governo passado. É base. Não tinha como nós pedirmos mais.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Pelo menos a metade.

A SR<sup>a</sup> JAQUELINE REIS - Não. Não diminuiu, Deputada. Mas nós pedimos isso aí... Para Vossa Excelência ter idéia, nós pedimos quase mil por cento a mais do que foi nos oferecido. Para nós podermos fazer um trabalho e não ia ... Nós tivemos que ir diminuindo, diminuindo, diminuindo, e vamos trabalhar com parceria para poder ter resultado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Muito obrigado, Jaqueline.

O Secretário Yênes Magalhães como já passou a palavra por quatro vezes, ele ficou interessado pela palavra.

A Sr<sup>a</sup> Tereza Rios (FORA DO MICROFONE) - Que Audiência Pública é esta que nós não podemos falar?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02**  
**DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Solicito ao Cerimonial para fazer as inscrições. Alguém se inscreveu? Foi pedido no começo da Audiência Pública para se inscrever antecipadamente.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Tereza Rios.

A SR<sup>a</sup> TEREZA RIOS - Bom-dia a todos e a todas, cumprimento a Mesa, através da nossa Deputada Verinha Araújo.

Nós ficamos assim, meio zonzos, meio tontos, porque quando trabalhamos o Orçamento e não vemos antecipadamente a proposta do Governo, porque não chegou às nossas mãos, até para podermos, dentro de uma semana, discutir e estar aqui para conversarmos.

Gostaria de perguntar ao Dr. Homero Pereira, quais as atividades executadas e os valores para a agricultura familiar. Gostaria também de dizer para alguns órgãos que estão aqui que algumas atividades, com os números que foram colocados aqui, nós não conseguimos, através do Sindicato, saber onde está sendo feito, consultado. Até para falar, como o Dr. Aréssio Paquer aqui comentou, da importância da mulher. Mas essa importância da mulher... Quantos funcionários da EMPAER estão aí sem ter nenhum trabalho, nenhuma capacitação e quando chega na casa, a agricultura familiar primeiro pergunta pelo dono da casa. E isso é uma discriminação! E muitas de nós não fazemos um trabalho em conjunto e tem tantas atividades que nem nós, dentro do município, sabemos, devido a esse número aí.

Então, eu acho que tem que haver uma integração dos órgãos, porque tem várias atividades que está, deverá estar em cada um dos órgãos e não tem um trabalho em conjunto.

Então, nós estivemos com o Governador, no dia 18, e é como o Governador falou, que nós estamos com o queijo e a faca na mão, porque temos o Sr. Gilson lá. Mas nós sentimos que, na verdade, está muito virtual, muito virtual. Nós não conseguimos ver isso mais claro para nós, os recursos e os trabalhos que vão ser executados.

O SR. HOMERO PEREIRA - É estranho o questionamento da Diretora da FETAGRI, porque todo trabalho que é feito dentro da Agricultura Família, a FETAGRI participa, inclusive, do Conselho Estadual.

Então, tudo que eu disse aqui foi aprovado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde a FETAGRI tem assento. Participa ativamente, inclusive, das Câmaras Técnicas.

Então, todo encaminhamento é feito com a participação não só da FETAGRI, como agora estamos abrindo, inclusive, para o MST, para todos os movimentos sociais.

E quando nós discutimos o PPA, foi discutido nos municípios, nas regiões, liderado pelo Secretário Yênes Magalhães, que fez um trabalho grande no interior, e onde eu fui, não fui em todas, mas fui em pelo menos cinco reuniões, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais estavam lá representados, gerando as suas demandas. Logicamente que nós temos a plena consciência de que só com recursos do Governo do Estado é impossível atendermos toda demanda, nós temos plena consciência disso, a demanda é muito grande.

Nós temos, só na agricultura familiar, entre assentados e não-assentados no Estado em torno de cento e cinquenta mil famílias e logicamente que, do ponto de vista do Governo do Estado, nós não vamos ter recursos para atender tudo. Agora, nós temos que trabalhar fazendo parcerias com o Governo Federal, com os municípios e pelo que aconteceu este ano no orçamento tanto do Governo Federal como no orçamento do Governo do Estado, foi impossível, por exemplo, nós captarmos mais recursos que precisávamos dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, e assim por diante.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

Aquilo que nós pudemos fazer com o recurso que estava previsto pelo Governo passado, nós aplicamos cem por cento da forma mais transparente possível, não foi nada virtual, não, as coisas aconteceram efetivamente, as coisas estão acontecendo efetivamente. É uma pena que nós não tenhamos mais recurso para fazer as coisas acontecerem, haja vista que todas as aprovações dos recursos que o Adão, que está aqui presente, tem acompanhado o ponto de vista dos recursos do FCO e viu onde estão direcionados. Na prática, conseguimos garantir 51% dos recursos do FCO...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Informo a Vossa Excelência que dispõe de trinta segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. HOMERO PEREIRA - ...para o pequeno produtor. Então, estão disponíveis. O que precisa agora é ter bons projetos para que os financiamentos possam efetivamente acontecer.

Nós estamos à disposição para inclusive corrigirmos rumos. Vejam bem, não temos nenhuma pretensão na Secretaria de Desenvolvimento Rural de fazer nada de forma atropelada, rumos que forem possíveis corrigir, movimentos sociais, a exemplo da FETAGRI, estamos abertos para que possam ser atendidos.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Prosseguindo, com a palavra, o Sr. Nilzo Antônio Oliveira, que dispõe de dois minutos para perguntar.

O SR. NILZO ANTÔNIO OLIVEIRA - Cumprimento a Mesa e os participantes desta Audiência Pública.

Eu venho de Cáceres, sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nós temos algumas preocupações. Talvez a inserção, mexer no orçamento que está posto, eu acho que pouca coisa vai ser possível. Agora, como trabalhá-lo? Mas não ficou claro, por exemplo, quanto que a Secretaria de Agricultura tem na colocação, nós percebemos que está dependendo de disponibilização de alguns recursos federais, mas não temos um valor a ser trabalhado. E na colocação da questão do INDEA, a questão da capacitação dos trabalhadores é de suma importância e a Secretaria tem procurado articular as forças de Governo, acho que é importante, mas acho que lá na base precisava buscar uma articulação também com a sociedade organizada. A EMPAER já cresceu um pouco, já melhorou bastante, mas ainda falta uma articulação.

Por exemplo, o Encontro da Mulher Rural que vai acontecer, nós queríamos trabalhar uma parceria maior no início do ano e recebemos agora só o convite. Já está tudo preparado, nós vamos só como participantes, mas nós queremos também trabalhar essa capacitação. Acho que essa articulação de Governo ajuda a contemplar o orçamento.

Eu peço desculpa se eu ultrapassar um pouquinho o tempo, mas tenho uma colocação que eu acho importante. Nós temos um investimento com recurso do PRONAF lá em Cáceres, um laboratório para questão de inseminação artificial e que, inclusive, está muito bem equipado, já faz até transferência de embrião. Foi feito pensando na agricultura familiar, porém não porque a associação que dispõe do laboratório não queira atender o pequeno, mas ela não tem condições de ir até o pequeno e o pequeno não tem condições de chegar lá. Então, ela está trabalhando para o médio e o grande. Eu penso que o INDEA e a própria EMPAER poderiam articular isso aí, fazer isso chegar ao pequeno para melhorar o rebanho leiteiro do pequeno. Foi criado com essa intenção e não está sendo usado, não está alcançando o pequeno.

E aí, por isso que eu digo, essa articulação do Governo com a sociedade organizada causa um prejuízo muito grande, porque o Governo, às vezes, acaba fazendo a política dele... Na questão da mulher, por exemplo, o sindicato vai fazer a capacitação da mulher, a EMPAER vai fazer a capacitação e às vezes o discurso fica desencontrado e há falta de recurso. Eu penso que a sociedade organizada precisa ser convidada um pouco mais pelo Estado. Muito obrigado.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

O SR. HOMERO PEREIRA - Esse é o tipo de crítica que nós absorvemos, acho que é perfeitamente possível e nós temos que nos articular mesmo nessa distorção que está havendo. Nesse caso do laboratório, eu tenho plena convicção de que o Dr. Décio e o Dr. Aréssio podem ser articulados para que efetivamente eles cheguem. Eu acho que isso, quando nós estamos fazendo esse trabalho de integração entre as nossas empresas, Deputada, é exatamente para que essa integração aconteça também lá na base com as Secretarias Municipais e com a sociedade civil organizada.

Nós absorvemos essa crítica e vamos procurar avançar no sentido da sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Prosseguindo, com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Regina Moraes.

A SR<sup>a</sup> REGINA MORAES – Bom-dia, eu agradeço a oportunidade aqui de estar participando. Cumprimento a Mesa.

Eu sou advogada e consultora na área ambiental. Então, a minha preocupação é em relação à questão hídrica no Estado. Nós vimos, assim, bastante preocupados e discutindo isso. Inclusive, eu faço parte, também, de um grupo de estudos de pesquisa energética da Universidade Federal Mato Grosso, e recentemente nós tivemos um trabalho que o grupo desenvolveu sobre a potencialidade energética do Estado, junto com o planejamento.

Agora, o que eu pergunto é o seguinte: dentro de todos esses programas do Governo, o palestrante da FEMA disse sobre vários projetos a recursos hídricos, se existe algum voltado à busca da potencialidade dos recursos hídricos no Estado, quanto a recurso.

E outro detalhe também é sobre o conselho. Se o Conselho de Água no Estado está funcionando. Porque, o Conselho de Energia voltou a funcionar. Agora, o Conselho de Água eu sei que existe, mas ele está funcionando? Tem algum projeto voltado a essa busca de potencialidade quanto recurso?

Isso é o que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, o Sr. Paulo. O senhor dispõe de dois minutos.

O SR. PAULO - Vou começar respondendo pela segunda pergunta, sobre a questão do Conselho das Águas, como nós chamamos, do CEHIDRO. Ele foi aprovado agora, juntamente com a reformulação do CONSEMA, e já está sendo implantado com estudos de viabilidade, começando aqui por Cuiabá, e ele já, digamos assim, está em pleno funcionamento. Algumas regulamentações, alguns conselheiros que serão colocados estão na pendência ainda. Como já está se aproximando o final do ano, eu acho que no começo do próximo ano nós conseguiremos colocar o CEHIDRO em pleno funcionamento dentro da FEMA.

A primeira pergunta é sobre a questão da avaliação. Temos dentro no PPA, para o programa de gestão de recursos hídricos dentro da FEMA, avaliação da disponibilidade hídrica das bacias hidrográfica, que busca esse estudo dentro das bacias do Estado para se avaliar a disponibilidade hídrica de cada bacia composta dentro do Estado de Mato Grosso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Sr. Paulo.

Com a palavra, o Sr. Epaminondas.

O SR. EPAMINONDAS - Complementando a parte da Secretaria de Indústria e Comércio, nós vamos terminar esse mês o levantamento do potencial já inventariado pelos órgãos do Governo Federal. Há um trabalho publicado pela ELETROBRÁS, que é o Projeto Sipot, que levantou os principais potenciais hidráulicos no Estado para fim de geração de energia. Nós estamos copilando isso também, todo trabalho feito pela iniciativa privada, que, com o atual modelo energético, ficou definido que todo o potencial de um corpo hídrico, de um rio, é feito para fim de geração de energia pela iniciativa privada, que tem interesse de construir nesse rio. Então, há vários

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROPOSTAS DO PPA 2004/2007 E DO**  
**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2004, REALIZADA NO DIA 02**  
**DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

trabalhos feitos. E nós estaremos publicando isso até o final do mês. Já estivemos na Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia baseado nos dados fornecidos pela ANEEL.

Num segundo momento, nós iremos trabalhar o levantamento das PCHs nas bacias próximas das cidades não atendidas pelo sistema interligado nacional.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado.

Há algum companheiro da Mesa que queira fazer uso da palavra para as considerações finais? (PAUSA).

Nós queremos encerrar esta Audiência Pública, agradecendo a presença de todos, das pessoas que vieram explanar sobre suas Pastas. Agradecemos a presença da minha amiga Katheri.

Nós tivemos, hoje, infelizmente, muitos assuntos colocados e o tempo ficou pequeno.

Gostaria de dizer que esta Mesa espera que o Orçamento, que o que nos foi colocado aqui seja real. Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.